TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 22 DE MARÇO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero dar as boas-vindas aos nossos amigos policiais civis e falar da nossa via-sacra. Quero dizer que continuamos firmes na nossa luta. O Governador vai ter muito trabalho com a gente ainda. Ele pode ter certeza absoluta disso.

Convido todos os Parlamentares da Casa a virem ao plenário para iniciarmos nossa sessão ordinária.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Esta Presidência dispensa a leitura das atas.

Indago se algum Deputado deseja retificar alguma das atas. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, e, como já é de conhecimento de todos os Deputados, esta Presidência dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 16ª Sessão Ordinária;

- Ata da 17ª Sessão Ordinária.

Retificação. Na sessão do dia 15 de março corrente, foram lidas 73 indicações do Deputado Delmasso, quando, na verdade, são 74 indicações do referido Deputado.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, e conforme o disposto no artigo 109, § 4º, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

Enquanto o Deputado se desloca, quero dar as boas-vindas aos companheiros que ainda não tinha citado: Paulinho de Almeida, grande companheiro; Benito Tiezzi, representante do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal; Paulo, Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal; José Werick, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil. Sejam muito bem-vindos. Os demais eu já havia mencionado. Não vi o Gaúcho. Ele está aí? Está lá em cima. Então, ao Gaúcho já fizemos menção.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Com Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me solidarizar com os policiais civis do

Distrito Federal, porque todas as tardes estão aqui em busca de justiça, e essa justiça tem demorado. (Palmas.)

Sr. Presidente, eu quero abordar um assunto que eu considero importantíssimo também que é a questão da reforma previdenciária: os jornais, blogs e uma série de meios de comunicação dão conta hoje de que o Governo Federal teria retirado 70% da pressão em cima dos Deputados Federais, com relação à reforma previdenciária, porque eles estariam deixando fora da reforma os servidores estaduais e municipais. Na verdade, esses servidores não estão ficando fora da reforma; eles estão jogando essa reforma para que os Estados e Municípios a façam no que tange aos servidores das suas unidades, o que é mais grave, porque a pressão nacional em cima dos Deputados Federais e Senadores surte mais efeito. Agora, a pressão local é: em vez de todo mundo pressionar os 513 Deputados, vai ter que pressionar 27 assembleias legislativas, sem contar com as câmaras de vereadores, que estão em mais de 5 mil municípios no Brasil.

Nós sabemos que, no interior do Brasil, o controle de um prefeito é quase que absoluto sobre a Câmara de Vereadores. Sabemos também que nas assembleias legislativas – como é o caso de São Paulo; de Minas Gerais, já não está mais assim, mais era; do Rio Grande do Sul; do Paraná e do Rio de Janeiro – estão passando tudo o que o governo quer. Portanto, nós da Câmara Legislativa temos que estar alertas, vigilantes, porque, logo, logo, a reforma chega à Câmara Legislativa.

E eu já quero dizer, já prevenindo, que, se eu fosse Deputado Federal, ou Senador, iria votar contra, e aqui como Deputado Distrital vou votar contra. Ninguém me peça para votar reforma previdenciária aqui do Poder Executivo local, porque não vou votar. E não adianta dizer que o Distrito Federal é dependente da União, porque acho que está na hora de o Distrito Federal levantar a cabeça também. Senão, não tem sentido a existência.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes, essa reforma vai chegar aqui, e eu estou na linha de frente contra ela. Não posso aceitar, em hipótese nenhuma, essa reforma previdenciária porque ela é brutal, ela tira direitos. Onde já se viu querer equiparar homens e mulheres para se aposentarem com 65 anos de idade, acabando com todas as aposentadorias especiais: de professores, de policiais, de vigilantes, de todo mundo, e colocar para se aposentarem com 65 anos de idade?! Quarenta e nove anos de contribuição: não tem um único ser humano que consiga se aposentar com aposentadoria integral se tiver que contribuir com 49 anos ininterruptos; se faltar um mês já não conta para a aposentadoria. Não dá, gente! Acho que esses golpistas aí enlouqueceram de vez, e é típico de quem não teve um voto querer fazer essa desgraça com o Brasil.

Outra reforma que está a caminho – e aí eu já abordo o segundo ponto – é a questão da reforma trabalhista. Ela acaba como legado deixado por Getúlio Vargas, há 73 anos, mas ainda muito atual, que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Essa

história do negociado prevalecer sobre o legislado, só se eu não conhecesse os patrões brasileiros para saber a voracidade com que eles iriam devorar os direitos dos trabalhadores. Nesse bojo, também, está colocada a terceirização sem limites. Quem conhece o trabalhador terceirizado sabe que esse trabalhador dificilmente tira férias porque, quando ele pensa em sair de férias, aquela empresa na qual ele prestava serviço sai, e ele tem que entrar para outra. Existe trabalhador com vinte anos trabalhando sem nunca ter tirado umas férias, além da quebradeira generalizada de empresa terceirizada, e esses trabalhadores ficam sem direitos. Aí estão dizendo: "Não, nós vamos terceirizar que vai gerar emprego". É mentira! Não vai gerar absolutamente nada, vai gerar a precarização das relações do trabalho, e isso é inaceitável.

Portanto, fazem muito bem os trabalhadores que estão indo às greves, às mobilizações, ocupando as praças e ruas do Brasil para denunciar esse absurdo que está proposto aí.

Por último, já me solidarizei com os policiais civis, quero me solidarizar também com os professores do Distrito Federal, que vieram a esta Casa hoje buscar o apoio dos Deputados porque estão há oito dias de greve e o governo fazendo ouvido de mercador, não conversa com eles. Oito dias paralisados, e o governo faz de conta que não tem ninguém paralisado, que não tem professor parado. Nós sabemos o prejuízo que isso vai trazer para a educação das nossas crianças, mas também sabemos a situação de desespero dessa categoria de trabalhadores, pois o governo não cumpriu a lei que lhes dava o reajuste. Portanto, eles estão fazendo uma greve legal, para ver a lei ser respeitada, bem como os seus direitos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Convido agora para fazer uso da palavra a Deputada Celina Leão, pela Liderança do nosso bloco.

Deputada, lembrando que V.Exa. e eu fomos desconvidados da reunião hoje às 18h30min com os policiais civis. Tomara que ela aconteça. O importante é que ela aconteça e que resolva os problemas. Tenho a certeza da grandeza de V.Exa. e nós queremos é que os problemas se resolvam – apesar de achar muito estranho essa exigência do Sr. Governador.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro eu quero aqui saudar os nossos policiais civis que estão aqui. E eu fico me perguntando como é que nós temos um Governador que é tão pequeno, que desce ao nível de desconvidar Parlamentares. Será que ele tem medo de ouvir o que eu e você temos para falar

para ele de verdade? Porque chegar lá, sentar e ficar puxando saco do Governador é fácil, mas falar o que ele precisa ouvir de verdade... Será que ele está com medo é disso, Deputado Wellington Luiz? Desconvidar? Eu não faço questão; inclusive, eu havia falado isso para vocês: eu não faço questão nenhuma, nem de sair em uma foto do lado desse cidadão, até porque a gente perde muito voto quando a gente sai do lado dele, entendeu?

Então, eu estava fazendo um sacrifício, realmente, de prestigiar os nossos policiais, agentes e delegados que estão em um processo de negociação, mas é tão pequeno por parte do Governador do Distrito Federal convidar um e desconvidar outro... Eu acho que reflete... Não dá para exigir de uma pessoa uma essência que ele não tem.

Então, eu quero desejar boa sorte. Tomara que dessa vez ele cumpra o compromisso de receber vocês e que faça uma proposta decente para a categoria, porque se não fizer não adianta nada receber por receber.

Quero aqui deixar a minha solidariedade também a V.Exa., Deputado Wellington Luiz, pela coragem. E nesse contexto aqui eu quero deixar inclusive uma frase para o Governador do Distrito Federal: "Sou como o sândalo que perfuma o machado que o fere; pode bater à vontade, pois não criarei palco para aqueles que são insignificantes; o mal por si se destrói". Essa é a frase para o Governador do Distrito Federal.

Deputado, eu quero comentar aqui... Eu acho que é importante porque eu sou uma Deputada que nunca corri do debate, muito menos do embate, por mais difícil que fosse a situação, e o que eu quero trazer aqui nesta tarde de hoje é: primeiro, eu quero aqui registrar o nosso respeito pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Nós temos aqui no Distrito Federal os desembargadores talvez mais preparados do País; então, nós temos uma Corte que merece o nosso respeito e realmente, nesta tarde, queremos render a nossa homenagem à Corte do Distrito Federal. Nós sabemos que ontem tivemos um julgamento em que se aceitava ou não uma denúncia. É muito importante explicar, nesse momento, para a população o que significa isso. Como nós somos Parlamentares, temos foro privilegiado, algo que combato há muitos anos, acho que não tinha que haver foro privilegiado, até porque eu não me sentiria constrangida em ser julgada por um juiz de primeira instância porque todos eles também são concursados e têm condição de julgar qualquer Parlamentar. Acho que, com a evolução, isso, com o tempo, deve acabar. Sou favorável a que isso acabe, mas nós temos que cumprir a lei, e a lei atual estabelece que, se ocorrer uma possível denúncia, ela tem que ser aceita ou rejeitada pelo Tribunal de Justiça. E a lei é muito clara porque a lei fala de meros indícios. Se houver indícios, abre-se o processo e, se não houver indícios, não se abre o processo. Acontece, Deputado Wellington Luiz, que houve um entendimento da maioria dos desembargadores de que havia indícios sim para que nós pudéssemos, durante o processo, esclarecer todos os pontos que estão ainda sem resposta. Foi

este o momento: o do recebimento ou não da denúncia. É importante falar sobre isso. A palavra réu vem de reagir, e autor é aquele que denuncia. Então, o autor, no caso, é o Ministério Público, e réu é aquele que está respondendo ao Ministério Público. É muito claro isso.

Então, deixamos isso com muita clareza aqui nesse momento e reafirmamos nosso respeito pela Corte. Inclusive até pelo próprio Desembargador Relator, que deve ter tido um volume de trabalho imenso. Nós respeitamos aqui o voto dele e todas as colocações que ele fez. Sabemos que sobre os ombros dele pairava uma grande responsabilidade, mas nós não temos medo do processo. É isso que eu gostaria de falar nesta tarde. Eu acho que, durante o processo, nós vamos poder talvez elucidar várias coisas, elucidar questões que não foram investigadas. Nós aparecemos no inquérito na página 441. Antes há três volumes que investigam o Governo do Distrito Federal, com citações de parentes do Governador, e que nem sequer foram investigadas ainda. Talvez, durante o processo, consigamos elucidar tudo isso e trazer à baila toda a verdade, e acreditamos que isso vai acontecer.

Eu quero aqui também reafirmar, Deputado Wellington Luiz: muitas pessoas queriam que tivéssemos entrado no mérito ontem. Ontem não foi o momento disso, porque, se fôssemos entrar no mérito, teríamos que trazer argumentos que são claríssimos e que temos falado aqui neste plenário. Nós não estávamos no dia da votação dessa emenda. Quem votou a emenda foi a Deputada Liliane Roriz, que estava presente no plenário. Os áudios são claríssimos. Eu falo que realmente não quero nada, que nunca vou solicitar vantagem indevida a ninguém. No segundo áudio dela com um terceiro, ela fala que eu não sabia de nada. Então, agora não é o momento de realmente entrarmos no mérito.

O que causa estranheza, Deputado Wellington Luiz, V.Exa., como Presidente da CPI da Saúde, é que, num processo de quase quatro volumes que investiga o Governo do Distrito Federal, existem várias gravações de subsecretários falando que havia um esquema criminoso do Governador e da sua esposa, com recebimento de propina, há gravações de subsecretários, mas isso nem sequer foi investigado, e isso precisa ser investigado agora durante o processo. Quem sabe agora vamos conseguir elucidar tudo isso, porque é muito distante também... Surge essa denúncia infundada por parte da Deputada Liliane Roriz oito meses após a possível ocorrência do ato. Então, assim, ela demorou muito. Se ela soubesse que havia alguma irregularidade, acho que ela deveria na hora trazer aquilo à baila, como eu tenho feito em todo o meu mandato. Sou autora de mais de 150 representações, autora de duas CPIs aqui nesta Casa como Presidente. Aliás, três CPIs: a CPI da Saúde, do Transporte Público, e permitimos que o Deputado Delmasso abrisse a CPI da Pedofilia.

Quero deixar registrado o mais importante de tudo, Deputado Wellington Luiz. O governo usou todos os mecanismos possíveis para trazer instabilidade e tirar toda a Oposição desta Casa. Essa é a verdade, para afastar a Oposição da Casa. Ele

usou todos os instrumentos possíveis que tinha ao seu alcance, mas uma decisão quase unânime do TJDF disse que nós temos de ficar aqui porque não trazemos nenhum prejuízo e porque tivemos o que é mais sagrado numa democracia: o voto da população do Distrito Federal.

O mais engraçado de tudo ontem, Deputado Wellington Luiz, é que se registrou que havia uma manifestação na porta do TJ. Quando fomos identificar, havia mais de trezentas pessoas com camisetas brancas que nos apoiavam, vários servidores públicos, várias pessoas da sociedade. Três pessoas lá se identificavam como oposição, três pessoas que se identificavam como população do Distrito Federal. É tão engraçado! Um deles, que estava com o microfone na mão – Deputado Wellington Luiz, eu faço questão de fazer este registro aqui –, três meses antes desse acontecimento, foi ao meu gabinete e me solicitou uma vantagem indevida, de um carro, para não se manifestar. Só que nós fizemos registro na Polícia Civil – graças a vocês que estão aí – e temos o registro desse fato do cidadão há três meses.

É esse tipo de coisa, Deputado Wellington Luiz, que tem acontecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vi um suplente em um carro de som fazendo uma manifestação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Estava o suplente, esse Sanderson, que me pediu vantagem indevida, sobre quem eu registrei a ocorrência, e mais um cidadão. Essa era a representação popular que estava lá, contra mais de trezentas pessoas que realmente representam a população do Distrito Federal.

Então, o que eu quero trazer aqui nesta tarde é a nossa resignação, o nosso respeito à Corte e o nosso respeito ao Desembargador Relator. Nós vamos ter condição, durante esse processo, de trazer à baila e à tona toda a verdade sobre esse inquérito, e de demonstrar também essas armadilhas, essas armações que são feitas por parte daquele que se acha acima do bem e do mal.

Eu já enfrentei oposição, Deputado Wellington Luiz, porque fui Oposição no governo passado. A grande diferença entre o Agnelo e o Governador Rollemberg é que o Agnelo aceitava oposição na política. Ele fazia oposição na política e me combatia na política. O Rollemberg não. Ele realmente trabalha com instrumentos nada republicanos.

Nós só temos a comemorar, porque ontem, com certeza, tivemos uma vitória. Recebimento de denúncia para nós é uma oportunidade de trazer à população do Distrito Federal todo o esclarecimento de tudo que é necessário esclarecer. Não temos dificuldade com nada disso, Deputado Wellington Luiz.

Neste momento, eu quero até fazer um registro. Um blogueiro – vou ser bem dura nisso, Deputado Wellington Luiz – perguntou hoje no *blog* do Edson Sombra se esses Deputados podem continuar representando a população. Eu quero

lembrar aqui que esse blogueiro tem ligação direta com o gabinete da Deputada Liliane Roriz, que já está condenada em segunda instância. Agora começa um processo de investigação sobre nós. Se ela está condenada em segunda instância, eu faço essa pergunta a ele. Segundo informações que saíram na imprensa, havia até uma sobrinha fantasma que trabalhava no gabinete dela. Eu faço essa pergunta a ele. Segundo o que saiu em matéria, ele recebeu vantagem de mais de 300 mil reais, dias após a operação Caixa de Pandora. Então, ele estava denunciando, mas estava recebendo alguma coisa para isso. Diz também ter um patrimônio de mais de 30 milhões de reais. É esse cara, hoje, que vai ao *blog* dele questionar se nós podemos representar a população? A Deputada que ele blinda, que ele comanda, está condenada em segunda instância. É bom que fique muito claro que, antes de abrir a boca para falar dos Deputados aqui, ele tem de responder sobre os 300 mil reais que foram depositados na conta dele, dias após a Caixa de Pandora. E ele tem de responder por que o patrimônio dele está em quase 30 milhões de reais. Podem ter certeza, nenhum desses Deputados que começaram a responder processo tem um patrimônio sequer de 10% desse valor.

Então, eu quero deixar esse registro aqui, para que esse cidadão, antes de falar das pessoas, primeiro faça uma reflexão sobre ele e sobre a Deputada que ele blinda, que é ré em várias ações e condenada em outras. Eu quero deixar esse registro porque eu respeito a imprensa, mas uma imprensa livre, não uma imprensa manipulada, que se garante aqui.

Eu tive oportunidade de conviver um pouco com esse cidadão, Deputado Wellington Luiz. Eu achava que ele era um cara correto, até eu descobrir realmente que ele usa essas informações que tem para receber vantagens indevidas, ameaçar pessoas. Eu acho que esse tipo de gente envergonha talvez os jornalistas do Distrito Federal. Esse cidadão não é jornalista. Faz dossiê contra as pessoas, bate nas pessoas, vende dossiê, blinda alguns, e escolhe quem ele quer atacar. Quem envergonha a classe jornalística é esse cidadão. Hoje ele se levanta contra a Ordem, contra os advogados, questionando os advogados.

Eu aceito questionamento de um desembargador relator porque ele tem fundamentos jurídicos para fazer isso, está acompanhando o caso, mas desse cidadão que até agora não explicou de onde veio o dinheiro, que até agora não explicou esse patrimônio milionário? Eu não aceito, Deputado Wellington Luiz. Que ele venha, então, fazer uma matéria sobre a Deputada que ele blinda, falando para ela renunciar, porque se eu, que sou ré, não posso representar, a Deputada dele, que está condenada, não pode nem estar aqui.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu quero agradecer V.Exa. por me conceder o aparte, e também cumprimentar o Presidente, o Deputado Wellington Luiz.

Sobre aquela manifestação de ontem, para mim, doze pessoas não representam a vontade popular. Mas é interessante. V.Exa. levantou a ficha cadastral de duas ou três pessoas, e eu também procurei saber quem estava fazendo a manifestação. Uma subsecretária da Secretaria de Saúde, Deputado Wellington Luiz, estava fazendo manifestação no horário de trabalho. Se ela é subsecretária, como estava lá aguçando aquelas doze pessoas que estavam lá? A pessoa que estava em cima do trio, Deputada Celina Leão, responde a um estupro em Brazlândia. Em 2003 e 2004, ele e a mãe respondem por grilagem de terras. Então, esse é o nível das pessoas que estavam protestando contra nós. Estuprador, grileiro, além das outras pessoas que V.Exa. descreveu.

Vejam bem, criar esse clima dessa maneira, não é por aí que nós vamos resolver o problema. Também recebi a denúncia ontem, mas recebo com resignação, e também com respeito ao Judiciário. Temos de lembrar que essa questão de aceitar ou não a denúncia, se existe algum indício, a denúncia vai ser aceita, e foi o que o Tribunal fez ontem. O Tribunal foi justo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Claro, o Tribunal foi justo. Até para elucidar tudo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – No que diz respeito ao mandato, o Tribunal foi justo também. Quem nos conferiu o mandato foi o povo. O direito mais sagrado da democracia é o voto popular. Então, eu acho que agora começam, sim, as investigações, e nós vamos ter, Deputado Wellington Luiz, oportunidade de apresentar as nossas defesas, de nos defender. Se for o caso, arguir testemunhas, inquirir testemunhas, pois assim funciona o devido processo legal.

O que me chamou a atenção no pronunciamento de V.Exa. foi a questão desses manifestantes. Ontem nós percebemos, ficou bem claro, que havia mais de trezentas pessoas de branco, quatrocentas pessoas de branco em frente ao Tribunal de Justiça, enquanto havia doze dessas ONGs, muitas vezes financiadas não sabemos por quem. Mas já dá para sabermos o nível das pessoas que estavam lá prestando-se a esse tipo de papel.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Wellington Luiz, para terminar, o motorista do trio falou na presença de várias testemunhas – isso nós vamos investigar – que foi pago pela Secretaria de Saúde. Então, quando eu falo que esse Governador realmente está querendo tirar as poucas pessoas que têm coragem de falar a ele a verdade, eu falo com base, e dentro de documentação, Deputado Wellington Luiz. Não faço oposição sem ter papel, sem ter documento. Eu acredito na verdade. As pessoas me perguntam se eu não tenho medo. Eu respondo que não, porque a verdade vai aparecer. Talvez por isso seja tão importante, Deputado

Wellington Luiz, valorizar a polícia civil, porque é polícia investigativa. É ela que vai realmente saber quem são os culpados, quem são os inocentes, e vai garantir a qualquer pessoa o direito de uma defesa séria, de que vai ser investigado com isenção. Então, Deputado Wellington Luiz, quero agradecer aqui a benevolência de V.Exa.

Eu desejo boa sorte para vocês à tarde, que seja tudo bem. Não faço questão nenhuma de estar do lado desse cidadão que fala que é Governador de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Agradecemos sua manifestação.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço aos Deputados que estão nos seus gabinetes que, conforme acordo feito, votemos as matérias que foram acordadas, principalmente no que diz respeito ao remanejamento das emendas dos Deputados. Nós já vamos entrar no mês de abril. Só quero pedir aos Deputados que se dirijam ao plenário para que haja *quorum* suficiente para deliberarmos sobre a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pode ficar tranquilo, gente. Nós estamos em obstrução. Não vai ser votado mais nada não. O Deputado Agaciel Maia está se referindo só a projetos de Deputados em segundo turno e àquilo que foi acordado com relação às emendas dos Parlamentares.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente quero me solidarizar com os policiais civis que estão nessa empreitada, nessa luta, que já faz vários meses. Paulo, Gaúcho, toda diretoria, no que eu puder ser útil, no que o meu gabinete puder ser útil, estamos à disposição da Polícia Civil.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, V.Exa. pode ser muito útil, começando nos ajudando na obstrução. Eu sei que nós podemos contar com V.Exa. Obrigado, Deputado Cristiano Araújo, pela solidariedade.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje, assim como os policiais civis estão reivindicando os seus direitos, nós professores da Secretaria de Educação também estamos reivindicando os nossos. Assim como as demais categorias, aquela última parcela do aumento previsto no Governo Agnelo ainda não chegou às contas dos professores. Isso, somado à insatisfação de todos com a reforma da Previdência, levou o professorado a declarar greve. Nós já estamos no oitavo dia de greve, e, até então, o governo ainda não tinha recebido a comissão de negociação dos professores para tentar apresentar medidas para findar esse movimento paredista.

Hoje nós tivemos uma reunião na Casa com a presença do Deputado Joe Valle e do Deputado Chico Vigilante também. Na mesma hora, eu consegui contato com o Governador, que ficou de agendar essa primeira reunião de negociação, Deputado Chico Vigilante e Deputado Joe Valle, para sexta-feira. Demais Deputados interessados na causa, sexta-feira, haverá uma reunião da comissão de negociação dos professores com o Secretário Sérgio Sampaio.

Reafirmo ainda que um dos motivos da greve era a reforma da Previdência, que o Presidente Temer covardemente não teve coragem de levar adiante lá e jogou a bomba para os legislativos e os executivos estaduais. Desde já, afirmo aqui a posição do Partido Democrático Trabalhista. Seja no campo federal, seja no campo local, o PDT é terminantemente contrário a esta proposta de reforma da Previdência, e os deputados pedetistas não deixarão, em hipótese alguma, isso evoluir aqui no Distrito Federal.

Então, sexta-feira, primeira reunião de negociação dos professores com o Secretário Sérgio Sampaio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Lembro que os Deputados Wasny de Roure e Deputado Rafael Prudente não se encontram por motivo de licença médica.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, antes de tudo, saúdo, mais uma vez, essa galeria dos nossos bravos policiais civis do Distrito Federal, que já estão nessa grande luta há um bom tempo. Esperamos que essa luta esteja chegando ao fim de uma maneira satisfatória, com a vitória dos profissionais da Polícia Civil do Distrito Federal.

Sr. Presidente, apenas para registrar o que já foi dito, eu talvez tenha sido um dos Deputados que mais ocuparam esta tribuna para criticar esta maldita – não há outra palavra – reforma da Previdência que vem sendo colocada pelo Governo Federal. Inclusive, já estive em ações no próprio Congresso promovidas pela UPB — União dos Policiais do Brasil. Ontem nós recebemos essa notícia de que o Governo Temer, como já foi dito pelo meu companheiro de bloco, não teve a coragem de levar à frente essa maldita proposta e desviou para os estados e o Distrito Federal.

Por mais que isso possa, de alguma maneira, beneficiar – não é nem beneficiar, é não prejudicar, que é bem diferente – os Policiais Civis do Distrito Federal, nós ainda temos que esclarecer... Estamos nos debruçando com a nossa equipe jurídica, com as entidades, os sindicatos e as associações para vermos como é que vai ser essa composição, porque parece que, quando é para nos darmos mal, colocam-nos na área federal e, quando é para nos darmos bem, não querem nos colocar lá. É o caso específico, muito claro, da paridade. Então, temos que definir isso muito bem para que a Polícia Civil do Distrito Federal tenha respeitada a sua aposentadoria especial, que foi conquistada pelo mérito dos seus profissionais, pela atividade de risco.

Isso se estende naturalmente para outras categorias aqui do Distrito Federal, como é o caso dos professores, mas não somente os professores. Não é porque essa reforma maldita está sendo desmembrada que nós vamos arrefecer nas críticas ou mesmo na nossa atuação política para combatê-la. Esta Câmara mesma já fez uma moção, assinada pela quase totalidade dos Deputados, em que repudia veementemente a proposta que está no Congresso Nacional, porque isso afeta não somente os policiais, isso afeta a sociedade como um todo. Ora, a proposta, simplesmente, não quer que ninguém aposente. Já foram colocados aqui muito bem pelo Deputado Chico Vigilante alguns critérios dessa reforma, e nós não vamos, de forma alguma, aceitar.

Hoje, Sr. Presidente, é um dia importante para todos esses policiais civis que estão aqui e, volto a dizer, para aqueles que estão na delegacia fazendo o trabalho de excelência que essa polícia tem. Eles estão numa dupla jornada, às vezes até tripla, porque ainda estão se desdobrando para comparecerem à Câmara nas manifestações sem deixarem de honrar seus compromissos profissionais. Então, isso tem que ser salientado. O policial que está vindo aqui está vindo geralmente no seu horário de folga, na sua folga do plantão, entregando-se totalmente e honrando o

seu compromisso com a sociedade lá na delegacia fazendo essa investigação de excelência.

Ontem eu já havia falado aqui sobre algo que está acontecendo País afora, que é a desvalorização das polícias civis, que é uma ação coordenada de enfraquecimento das polícias civil do Brasil inteiro.

Então, o que a gente vê aqui não é novidade. Hoje cedo, assistindo ao programa *Bom Dia Brasil*, da *TV Globo,* vi que a matéria da chamada foi justamente sobre a temática segurança pública, que hoje no País é enfraquecida porque não tem estabilidade, porque o trabalho de investigação já não era bem feito nos estados. E eu digo que aqui é muito bem feito, mas sem infraestrutura, sem investimentos e principalmente sem valorização dos profissionais.

Então, essa é a linha que foi acertada aqui, ontem, todo esse momento vivemos. E, aí, quero saudar aqui também, além dos profissionais que estão na galeria, todos os presidentes, vice-presidentes, representantes de entidades que estão aqui acompanhando, diuturnamente, essa luta pela paridade com a Polícia Federal. Esperamos que hoje, às 18h30min, às 18h30min, o Governador receba essas entidades. Volto a dizer que é lamentável não poder contar com a presença dos Parlamentares, mas não queremos, assim como V.Exa., ser óbice, em hipótese nenhuma, a essa negociação. Queremos é que a paridade aconteça. Isso mostra principalmente o meu espírito e o do Deputado Wellington Luiz, já que somos oriundos da Polícia Civil, mas também o espírito desta Casa legislativa, que se manifestou, que trancou a pauta, que entrou em obstrução. Nós, definitivamente, esperamos que hoje, além de receber a categoria, o governo venha com uma proposta, venha com uma negociação verdadeira, para que tracemos os nossos rumos e principalmente consigamos chegar ao nosso objetivo final, que é a vitória, que é a concessão da paridade com a Polícia Federal. Essa paridade é legal, não só histórica. Ela tem um grau de legalidade muito grande. Esperamos que isso aconteça de maneira verdadeira, Deputado Delmasso. O que queremos é ter um caminho a seguir. Desejamos que esse caminho seja o da paridade.

Muito obrigado. Boa tarde e parabéns a todos os guerreiros policiais civis do Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Parabéns pela manifestação. De fato, esperamos que hoje haja uma solução para esse problema, que se arrasta há tantos meses.

Eu queria convidar agora o nobre Deputado Delmasso para fazer uso da palavra.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero mais uma vez saudar a Polícia Civil do Distrito Federal e parabenizá-la pela mobilização. Espero também, muito ansioso, que, desta reunião

das 18h30min, possa sair uma solução para a Polícia Civil do Distrito Federal, que nada mais busca, Deputado Julio Cesar, do que o direito à paridade com a Polícia Federal.

Peço licença a todos os policiais civis que estão aqui, Deputado Wellington, para trazer um fato interessante e muito importante. No próximo dia 26 de março, Dia Mundial da Epilepsia, faremos uma conscientização geral. Aqui no Distrito Federal, estima-se que mais de 40 mil pessoas, Deputado Cláudio Abrantes, tenham epilepsia. Desse número, quase a metade tem a epilepsia refratária, que muitos chamam de epilepsia de difícil controle.

A epilepsia, para quem não sabe – e eu queria aqui falar com todos os policiais, Deputado Wellington Luiz –, é a segunda doença mais estigmatizada e mais discriminada do País. A primeira é a AIDS, a segunda é a epilepsia. Hoje, infelizmente, as pessoas com epilepsia são discriminadas por causa das convulsões ou até mesmo pela própria doença.

Estive, na semana passada, no Encontro Nacional das Associações de Pessoas com Epilepsia, em São José do Rio Preto, no qual várias associações de todo o Brasil citaram o preconceito. Há preconceito na hora de se arrumar uma vaga de emprego. Muitas vezes, quando a pessoa declara, em uma entrevista de trabalho, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tem epilepsia, é descartada por causa da doença. Infelizmente, apesar de estarmos no Século XXI, existe esse preconceito. Tivemos relatos de crianças que são discriminadas em vagas de escolas no Brasil porque têm epilepsia. Tivemos relatos de pessoas que perderam seus empregos por causa dos ataques epiléticos durante o horário de trabalho.

Hoje, Deputado Ricardo Vale – V.Exa. que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos nesta Casa –, o estigma que tem uma pessoa com epilepsia é o de que a doença é contagiosa e não tem cura, é o estigma de que uma pessoa que tem epilepsia não pode ser um cidadão normal. Alguns defendem que é uma deficiência; outros, não.

Deputado Wellington Luiz, no próximo dia 26, a Associação das Pessoas com Epilepsia do Distrito Federal, a chamada Viva Além das Crises, promoverá, no Parque da Cidade, uma mobilização de combate ao preconceito às pessoas com epilepsia. Nessa mesma data, lançaremos uma campanha, aqui em Brasília, pela cidadania das pessoas com epilepsia. As pessoas com epilepsia têm direito ao trabalho, ao estudo, a praticar esportes, a amarem umas às outras. Só que isso, infelizmente, tem sido, Deputado Agaciel Maia, retirado dessas pessoas. Lançaremos essa campanha, que é feita no mundo todo, chamada Purple Day, a partir do dia 26 de março. Em todo o mundo, os principais monumentos serão iluminados na cor roxa. Pedimos ao Congresso Nacional, ao Palácio do Buriti, ao Tribunal de Contas e a esta Casa que, neste final de semana, em sinal de combate ao preconceito às pessoas com

epilepsia, iluminem os prédios na cor roxa. Esse preconceito contra pessoas que sofrem epilepsia fica enraizado, e elas, infelizmente, têm medo de dizer que possuem a doença.

Recentemente, recebi em meu gabinete uma pessoa que teve sucesso profissional na sua área, um servidor público qualificado, que passou em um concurso público e tinha vergonha de assumir a doença. Tanto, que, quando foi falar comigo sobre o assunto, fechou a porta do meu gabinete e disse assim: "Deputado, quero parabenizar V.Exa. pela luta que o senhor faz em favor das pessoas com epilepsia". Ele falou baixinho: "É porque eu tenho epilepsia". Perguntei a ele: "Por que você está falando baixo?" Ele respondeu: "Porque tenho vergonha; porque as pessoas me rejeitam por causa da minha doença". Eu não tenho vergonha de falar. Tenho uma filha que tem epilepsia refratária, a Manu, de 7 anos de idade. Sempre digo que a Bia, minha filha mais velha, me ensinou a ser pai; mas a Manu me ensinou a ser gente, a enfrentar o preconceito, a ver que não existem pessoas anormais, que cada um tem a sua normalidade e a sua anormalidade.

Então, quero convidar todos que estão aqui, quem puder, para fazer parte desse movimento de combate ao preconceito contra as pessoas com epilepsia no dia 26 de março, a partir das 9h, no estacionamento do Parque Ana Lídia. Nós faremos a caminhada de combate ao preconceito, em favor da cidadania das pessoas com epilepsia. Sabe por que, Deputado Cláudio Abrantes? A epilepsia não é contagiosa. O que é contagioso é o preconceito.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Deputado Delmasso pelo pronunciamento. Acho extremamente importante. Algumas ações são simbólicas, e S.Exa. falou especificamente de iluminar os prédios com a cor roxa.

Eu queria salientar aqui que seria importante que esta Casa aderisse também: no próximo dia 25, se não me engano, vai ser feito no mundo inteiro um ato simbólico chamado A Hora do Planeta. Esse ato consiste em que as pessoas, simbolicamente, apaguem as luzes dos seus imóveis, das suas residências, por respeito e para lembrar a toda a sociedade que nós precisamos cuidar muito bem do nosso planeta. E isso acontece também em prédios públicos. Vou encaminhar um pedido para que a Câmara Legislativa faça isso também. No dia 25, por uma hora, a partir das 21h30min, no mundo inteiro, no Brasil inteiro, pessoas, entidades, instituições, governos farão essa reflexão sobre a importância de cuidar do nosso

planeta. A gente solicita que a Câmara possa também aderir a esse programa chamado Hora do Planeta.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Com certeza absoluta, iremos aderir, porque é extremamente importante esse gesto.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, todos os presentes, boa tarde. A nossa fala neste momento, Sr. Presidente, é apenas um alerta que gostaríamos de externar até para os nossos colegas Parlamentares.

Eu recebi o Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, do GDF, cuja ementa "regulamenta a aplicação da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil no âmbito do Distrito Federal". O artigo 27 desse decreto, Sr. Presidente, diz o seguinte: "Nas parcerias financiadas com recursos oriundos de emendas parlamentares à lei orçamentária anual, não se aplica a exigência de chamamento público quando houver identificação da entidade beneficiária no descritivo legal da emenda parlamentar". O que significa isso? Significa que o Parlamentar, ao destinar emenda, vai direcionar para uma empresa específica. Para aqueles que não se recordam, esta Casa está sofrendo, neste momento, com um grande problema envolvendo exatamente uma emenda para a saúde. E aí o que acontece? Se você, quando destinou para um setor, já ocasionou todo esse problema, imagine quando você destinar uma emenda para uma pessoa, seja física ou jurídica, específica, dizendo: "olha, essa emenda parlamentar é para ser gasta com fulano de tal para o fim tal". Isso aí, Sr. Presidente, – e aí sem embargo das discordâncias que existem –, parece-me que, em face aos maus antecedentes do Governador, trata-se de uma armadilha para os Deputados. Por quê? Porque os Deputados, acreditando nessa legislação inferior, que é um decreto, podem até ingenuamente fazer um encaminhamento dizendo: "Olha, então aquela empresa vai fazer porque tem *know-how,* tem *expertise,* tem isso e tem aquilo". E sabem o que vai acontecer? O ato seguinte, Deputado Chico Vigilante, será os órgãos de fiscalização do Poder Público imediatamente criminalizarem a atividade daquele Parlamentar.

Então, eu acho que tenho o dever de trazer para este Plenário essa minha preocupação. E não acontecerá comigo por uma razão muito simples: brevemente, vou anunciar que não quero mais saber de emenda; nem de emenda, nem de inteiro, porque isso é uma desgraça só! Se as pessoas não se lembram, em dezembro de 2015, houve o negócio dessa emenda aí para a saúde, de 30 milhões, que nós assinamos, e a justificação está muito clara dizendo que era para

pagamento de pessoal da saúde. Mesmo com a mudança que foi feita aí de código, essa baboseira toda, permaneceu a justificação. E aí o que acontece? O Governo do Distrito Federal, para desviar o foco, pegou e criou essa situação draconiana envolvendo a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui realçar para os nossos colegas Parlamentares: não sigam esse decreto! O governo está até botando um docinho na boca, dizendo que está regulamentando... Aquelas conversas moles que a lerdeza do Governador faz surgir. Mas não acreditem e não sigam esse decreto, porque, primeiramente, é ilegal, é inconstitucional, ele fere princípios constitucionais, inclusive da impessoalidade; segundo, ele poderá de imediato ensejar a criminalização da conduta dos Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Raimundo Ribeiro tem razão. E já tomei uma decisão que eu gostaria até de solicitar a todos os Deputados que seguissem: ou o Governo do Distrito Federal revoga essa portaria, ou eu não vou indicar entidade nenhuma, porque eles estão querendo que você diga o nome da entidade, diga o CPF, CNPJ da entidade. Eu não vou indicar! O recurso que a gente bota lá para a cultura, eles que façam o chamamento público e façam a contratação, porque eles têm técnicos para avaliar isso tudo.

Portanto, eu acho um erro, acho temerário que qualquer Deputado faça essa indicação. Ontem mesmo, cheguei ao gabinete, e o pessoal da assessoria tinha preparado, colocando CNPJ e tudo. Eu falei: não assino! E só assinarei alguma solicitação quando o governo revir esse decreto. Esse decreto é um absurdo! Isso aí, sim, vai criminalizar a atividade parlamentar, e eu não estou aqui para dar uma de Zé Buchudo. Portanto, acho que a melhor coisa que todos devem fazer é rejeitar, tomar a decisão de não assinar nada enquanto eles não revogarem esse decreto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concordo com V.Exa. Eu também vou seguir o caminho tanto de V.Exa., quanto do Deputado Raimundo Ribeiro. O Deputado Wasny de Roure também já alertou sobre isso. Então, temos que ter, sim, esse cuidado para que depois a gente acabe não respondendo por atos pelos efeitos dessa portaria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, essa arbitrariedade que o governo fez e transformou através de uma portaria é a maior ilegalidade do planeta, porque, quando esta Casa vota recursos, ela não vota para entidades, para pessoas. Ela coloca para o Estado escolher de que forma vai

usar. Então, ele fere, inclusive, leis. A questão da impessoalidade é ferida aí, se eu estou indicando aquela empresa, aquele lugar. Simplesmente, eu acho que ele perdeu o senso, ou ele está muito mal assessorado para escrever uma portaria como essa, querendo trazer, como disse o Deputado Chico Vigilante, uma suspeição sobre onde a gente quer usar a emenda.

Eu quero relembrar aqui que, nos dois últimos anos, esses Deputados colocaram 80% das suas emendas para que o governo fizesse o que ele quisesse com elas. Agora, ele quer que a gente indique algo, ferindo a Lei da Impessoalidade. Aqui, nós não podemos votar dinheiro, recurso para ninguém. Eu vou além: acho que a gente não tem de solicitar ao governo revogar a portaria não. Eu acho que nós, como Deputados Distritais – a nossa Lei Orgânica fala isso –, podemos derrubar essa portaria. Vamos fazer um PDL – Projeto de Decreto Legislativo e derrubar a portaria. Vamos fazer isso. Eu acredito que aqui haja o consenso de todos os Deputados para que a gente faça um projeto de decreto legislativo e derrube essa portaria, que é imoral e ilegal. É ilegal, Deputado! Se ele quer realmente escolher, ele que escolha de que forma vai usar o dinheiro, a gente não tem essa obrigação. Eu fiz as minhas três emendas, todos os anos, todas elas genéricas. Ele as usa onde quiser, do jeito que ele quiser. Eu acho que nós temos de avançar um pouco mais. Não temos de pedir nada para o governo. Não temos de pedir. Temos de fazer um PDL aqui, assinado pelos 24 Deputados, revogando essa portaria imoral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, eu vou acompanhar V.Exa. Eu também ia propor isso, porque o risco é nosso. Se somos nós que estamos em situação de risco, então somos nós que temos de nos preservar, e temos a oportunidade de fazer isso ainda hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre esse decreto, já foi feito o entendimento com o governo, inclusive com o próprio Deputado Chico Leite, no que diz respeito à parte formal, de que a gente não pode aplicar o decreto. Inclusive, é bom dizer que, por ideia nossa, as sobras orçamentárias hoje vão para a reserva de contingência. O governo é quem tem a responsabilidade da indicação. Esse procedimento foi sugerido por nós da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e agora está sendo seguido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. Inclusive houve uma discussão no Tribunal de Contas da União no sentido de que sobras orçamentárias dos órgãos, em vez de terem uma destinação específica, carimbada, voltem para a reserva de contingência. A partir daí, cabe ao próprio Poder Executivo a responsabilidade de indicar onde vai alocar aquela sobra orçamentária, tirando-se do Parlamentar qualquer responsabilidade.

Esse decreto vem na contramão da orientação, que nasceu aqui na comissão e na Câmara e que hoje é seguida até pelos órgãos de controle, de tirar a

impessoalidade da designação. O Parlamentar indica – não é imperativo – por uma necessidade da população. Cabe ao Executivo fazer o procedimento licitatório, cabe-lhe a responsabilidade pela fiscalização, por todos os procedimentos que são do Executivo. Então, colocar o nome de um Deputado num ato, num decreto do Executivo, eu acho que não cabe isso. O próprio governo já admitiu que vai rever, que vai estudar esse procedimento. Portanto, não há necessidade de a gente derrubar esse decreto, porque a informação que foi dada pelo José Flávio é de que ele não vai valer até que se concluam os estudos a respeito da identificação do Parlamentar quando este indicar uma emenda para ser executada no próprio Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, então, a gente sugere ao Chefe do Executivo, já que vai rever o caso, que ele casse os efeitos, que ele suspenda essa portaria, porque ela continua em vigência. Já que ele reconhece os riscos que ela oferece à atividade parlamentar e a todas as suas ações, que ele possa imediatamente cassar essa portaria – ele pode fazer isso – antes que a gente tenha que agir. Seria interessante, para que a gente não entre com um decreto legislativo, que ele fizesse o que tem que fazer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas é necessário que o próprio Parlamentar dê a informação. Se o Parlamentar não der a informação, vai fazer apenas uma indicação. Já há na própria LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias a especificação de que, para liberar a emenda, o Deputado tem que fazer um ofício, porque o governo estava utilizando as emendas dos Deputados no passado para executar algo e, às vezes, o Deputado nem ficava sabendo. Então, é necessário o ofício. Para colocar o nome do Deputado, é preciso que o Deputado faça por escrito. Como eu sei que nenhum dos 24 Deputados vai escrever isso, fica inócua a decisão no que diz respeito a esse decreto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Volto a dizer, Deputado Agaciel Maia: se o próprio governo reconhece que a portaria tem vícios, por que a mantém em vigência? Não dá para entender.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me sinto até responsável porque trouxe a este plenário o debate dessa questão. Eu não sei se é porque a gente vê as coisas com muita clareza, mas eu queria até merecer a atenção do Deputado Chico Leite, que também é dessa área jurídica, um jurisconsulto. Até entendo que S.Exa. está encantado, com o olhar fixo na Deputada Telma Rufino, mas eu gostaria de merecer, Deputado Chico Leite, sua

atenção. Compreendo o encantamento que o olhar da Deputada Telma Rufino produz em V.Exa., mas eu gostaria de cinco minutos de sua atenção nessa questão. V.Exa. é aqui o nosso professor na área de direito.

O que nós temos aqui? Esse Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, na prática, resulta em uma armadilha para os Deputados. Ao seguir o decreto e indicar quem deve receber a emenda parlamentar, o Deputado terá a sua ação criminalizada. Eu trouxe à baila essa discussão, mas isso gerou algumas informações, como por exemplo, que o governo está tentando... Eu gostaria de merecer até a avaliação de V.Exa. – se fosse o caso, a concordância – porque isso aqui é muito fácil de resolver, Deputado Wellington Luiz, nosso Presidente. O governo edita amanhã outro decreto corrigindo as falhas e está resolvido o problema. Quer dizer, é só o governo ter vontade. Governo é uma coisa impessoal, mas às vezes esse governo pessoaliza. Se o governo não se sentir à vontade, que façamos aqui um grande acordo para que os 24 Deputados façam um PDL sustando os efeitos. Porém eu não vejo necessidade disso, se houver boa vontade.

Quando eu solicitei também a manifestação de V.Exa., Deputado Chico Leite, é porque – sei que o governo não pensa isso – aqui há algumas pessoas que podem ajudar o governo a pensar inclusive no aspecto jurídico dessa situação. Esse caso aqui me parece coisa de aluno de primeiro ano. Dá para resolver. Mas precisa que o governo queira. Se quiser, amanhã já pode editar outro decreto. Se V.Exa. me permitir instá-lo, eu gostaria de ouvir a sua opinião.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebi uma informação agora de que o Governador vai revogar esse dispositivo no decreto e vai voltar àquilo que está estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu quero pedir a V.Exa. que a gente dê início ao processo de votação dos projetos de Deputados que estão na pauta e até mesmo daqueles acordados no Colégio de Líderes. Então, o governo vai fazer a revogação desse dispositivo, deixando claro que o que vai ficar valendo é o que está estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Destacando a informação do Líder do Governo, Deputado Delmasso, o Governador resolveu, então, retornar ao *status quo* – não é isso, Deputado? –, ao que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero, na realidade, responder o questionamento feito pelo nobre Deputado Raimundo Ribeiro.

O Deputado Wasny de Roure levantou essa questão ainda na semana passada – a dúvida sobre o dispositivo –, porque de fato o artigo aludido faz a seguinte menção: dispensa-se o chamamento público nas hipóteses em que o Parlamentar, na emenda, fizer a indicação de beneficiário, de destinatário. Isso gera realmente um problema gravíssimo. Primeiro, porque não é possível dispensar o chamamento, de maneira que a concorrência, o processo público é indispensável, porque isso não pertence a nós ou ao governo, pertence à sociedade, ao contribuinte, que é quem financia em realidade. De outro turno, nós também não poderemos jamais indicar destinatários específicos, não colocar emendas – eu tenho pregado aqui, Deputado Raimundo Ribeiro – para ente privado. Público é para o público, não para o privado. Essa é a alternativa. Agora, de fato, eu preciso transmitir ao Deputado Delmasso. Eu observo, como observei o Deputado Wasny de Roure, que é especialista em orçamento, o Deputado Agaciel Maia, que é o nosso professor em matéria orçamentária, que o governo não se houve com a prudência necessária ao editar esse dispositivo. Ele, de fato – não acredito que tenha sido essa a intenção –, não se houve com a prudência necessária, de maneira que se houver a revogação, como frisou o Deputado Delmasso, nós resolvemos por inteiro a questão.

A alternativa – eu tenho pregado, eu tenho feito – é não colocar nenhuma indicação, destinação para ente privado. Resolveria o problema de uma vez por todas. No meu caso, eu tenho feito isso. Mas isso não é proibido, não é vedado por lei.

É só isso, Presidente. Muito obrigado pela paciência de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu que agradeço, Deputado, pela contribuição das informações.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra para fazer um registro importante. Eu e o Deputado Juarezão apanhamos que nem cachorro magro por causa de um projeto, que nós apresentamos em conjunto, de legalização de vaquejadas no Distrito Federal. Por que nós o apresentamos? Porque eu sou do Nordeste e sei o quanto a vaquejada é importante. Apresentamos, fizemos uma comissão geral aqui neste plenário, conseguimos colocar os ambientalistas e os vaqueiros lado a lado discutindo de maneira civilizada, diga-se de passagem, e aprovamos a lei. Quando aprovamos o

projeto, apanhamos mais. O Governador vetou e nós derrubamos o veto. Aí recorreram para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os desembargadores, nas suas autoridades, nas suas competências e nos seus conhecimentos de que vaquejada não maltrata os animais, disseram que a nossa lei é constitucional. Portanto, o Distrito Federal é o único lugar do Brasil em que vaquejada é constitucional. Está até sugerindo aqui o Deputado Agaciel Maia, que é vaqueiro lá do sertão, que, como lá no Rio Grande do Norte não está legalizada a modalidade, se converse com os vaqueiros lá do Rio Grande do Norte – as companhias que existem de vaquejada – para eles virem se exibir no Distrito Federal, que tem um público cativo, e eles não vão correr o risco de serem presos, porque a vaquejada está legalizada no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Fica aí o convite ao nobre Deputado Agaciel Maia para que traga os vaqueiros para Brasília.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja como a cada dia a gente vai aprendendo. Neste momento, quando o Deputado Chico Vigilante se refere ao Deputado Agaciel Maia como vaqueiro, não sei por que me veio a lembrança de John Wayne. Não sei exatamente, talvez porque o Deputado Agaciel Maia esteja de perfil. Mas eu estava presente a esta sessão no Tribunal e achei um argumento muito interessante. O Ministério Público foi que defendeu que não podia, não sei o que, e tal. E uma Desembargadora levantou a questão, mais ou menos, nos seguintes termos: "precisa-se perguntar ao boi o que ele prefere, que alguém lhe puxe o rabo, ou ir para o corte". E, realmente, isso é conhecimento da realidade. Quer dizer, as pessoas vivem dizendo: "vamos impedir porque é defesa disso, é defesa daquilo". Só que as pessoas, Deputado Agaciel Maia, se esquecem do que acontece no mundo real. No mundo real – isso foi lembrado lá no Tribunal –, na Espanha, a tourada foi colocada como um patrimônio constitucional. É o respeito às culturas de seus povos. No Nordeste – eu sou piauiense, falo isso muito à vontade, aliás, a bancada do Nordeste está aqui, Deputado Chico Vigilante, que é do Maranhão; Deputado Agaciel Maia, do Rio Grande do Norte; Deputado Chico Leite, que é do Ceará – quer dizer, todos os Estados pertencentes ao grande Piauí, que é de onde eu sou – o que acontece: lá a vaquejada é um meio de sobrevivência inclusive; sobrevivência do ser humano!

Então, eu quero aqui parabenizar o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por reconhecer a legalidade, a constitucionalidade da lei que foi aprovada nesta Casa, de autoria do Deputado Juarezão e do Deputado Chico Vigilante, e que homenageia a cultura, o turismo e as questões econômicas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Quer dizer que Ceará, Maranhão fazem parte do Piauí?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ah, do grande Piauí! Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro, era só uma dúvida que eu tinha, pois não estudei muito geografia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para enaltecer a fala do Deputado Raimundo Ribeiro. Eu quero principalmente parabenizar o Deputado Juarezão por sua lei que foi aprovada.

Ontem, me chamou atenção que a nossa Procuradoria não estava presente para fazer a sustentação oral. Eu acredito que, como estava marcado o nosso julgamento, eles podem ter pensado que talvez nem fosse ter o julgamento dessa ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Eu quero frisar que ganhou sem sustentação oral. Imagina se tivéssemos o nosso quadro de Procuradores, que é o mais qualificado, tenho certeza, do Distrito Federal. Tenho certeza na nossa chefia agora do nosso Procurador-Geral. Parabenizo novamente o Deputado Juarezão, que ganhou de lavada a questão da vaquejada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Quero me solidarizar também com o pessoal da Polícia Civil e desejar que no dia de hoje vocês tenham sucesso na reunião que acontecerá daqui a pouco, às 18h30min, lá com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg. Quero cumprimentar todas as pessoas que estão hoje nos prestigiando.

Quero dizer que é com muita alegria e espírito disposto que me coloco diante desta tribuna para homenagear os dez anos da Fundação Republicana Brasileira, porque tenho a satisfação de conhecer de perto essa instituição que tem se dedicado à conscientização, à educação social, política e, principalmente, a transformar nosso país há uma década.

A Fundação Republicana Brasileira é uma instituição fundacional mantida pelo Partido Republicano Brasileiro, do qual honradamente faço parte. O PRB tem investido, de maneira dedicada, em estratégias eficazes para contribuir para uma sociedade bem informada e consciente. E, para este fim, a fundação tem realizado um importante papel: o de qualificar, por meio de palestras, cursos, debates,

pesquisas e ações sociais diversas. Tudo isso realizado gratuitamente para a população. Desde a criação da entidade, em março de 2007, mais de 15 mil pessoas já foram atendidas. Entre suas principais atividades estão o curso de política, os cursos de idiomas e inclusão social e formações diversas para jovens e idosos.

O trabalho da Fundação Republicana Brasileira é realizado presencialmente e também no formato *online*, por meio de sua plataforma de ensino à distância, e já alcançou 24 Estados, incluindo o Distrito Federal, Deputado Bispo Renato Andrade. Mais que promover a qualificação social, a Fundação Republicana Brasileira realiza sonhos. Pude presenciar vários dos eventos realizados, entre eles uma formatura dos cursos de idiomas. Vi nos olhos e nas reações de cada estudante ali presente a satisfação da conquista de falar uma nova língua, ter a oportunidade de conhecer outras culturas, Deputada Luzia de Paula, expandir o currículo profissional e viver mais desafios.

Agora, de coração muito agradecido, tenho a honra de anunciar que serei padrinho e apoiador das novas turmas de inglês e espanhol, pois essa é uma causa importante e inédita entre as fundações partidárias. E parabenizo as turmas de 2016 que agora estão se formando. É um trabalho que apenas a Fundação Republicana Brasileira realiza e merece muita atenção e cuidado. Já são dez anos de mãos dadas com o povo brasileiro. E as atividades estão cada vez mais intensas, surpreendendo e atendendo mais e mais pessoas.

Aos colaboradores, voluntários e a toda a executiva da Fundação Republicana Brasileira, deixo meu abraço fraterno e meu respeito.

Faço votos de vida longa à Fundação.

Contem sempre comigo e com o meu trabalho, pois acredito veementemente na educação como porta de entrada para uma vida mais digna, justa e repleta de oportunidades para todos.

Eu queria também registrar a presença de alguns formandos que estão aqui hoje, nos dando a honra das suas presenças: Alice Farias, Antônia Pereira, Fernando Pedreira, Jéssica Santos, Mailza Santos, Maria do Rosário, Paulo de Tarso Souza e Susana Gonçalves, além da Suelen e também do Carlos aqui presentes.

Era isso, Sr. Presidente. E parabéns à Fundação Republicana pelos dez anos de existência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Parabéns pela indicação de V.Exa. Escolheram muito bem.

Mais algum Deputado deseja fazer uso da palavra?

Deputada Celina Leão, na sequência o Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar a V.Exa. que eu também vou falar nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Depois do Deputado Chico Leite é V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero hoje registrar o nosso posicionamento contrário à terceirização do Hospital de Base de Brasília. Temos recebido inúmeras mensagens, a frase é de desespero. Inclusive, eles me relataram que estiveram com V.Exa., que é Presidente da CPI da Saúde. Eu quero deixar registrado neste plenário, já antecipadamente, meu voto contrário a isso. Nós entendemos que, como faltam recursos públicos para manter a máquina em pé, é muito difícil terceirizar. Por quê? Se nós terceirizarmos o serviço... O privado, no dia que você não paga, fecha as portas e não atende a população. É diferente do servidor público, que, estando com o salário em dia ou com salário atrasado, continua atendendo a população, porque ele tem uma obrigação muito maior com o Estado do que o privado. E nessa discussão, se formos ver no Brasil como um todo, as operações da Polícia Federal desmembraram uma quadrilha no Brasil inteiro que desviava dinheiro público para campanhas. Inclusive pegaram o Mohamed, que doou recursos públicos aqui para o Distrito Federal. A terceirização realmente não é o caminho, o caminho é investir de verdade na saúde pública.

Tivemos oportunidade de ir ao posto do Riacho Fundo I. Há um ano eles estão sem telefone. Como é que pode, Deputado Wellington Luiz? Há dois anos a Secretaria de Saúde está em emergência, comprando tudo sem licitar, comprando do jeito que querem comprar, e agora vêm com essa história da terceirização do Hospital de Base. Aqui vem a minha crítica. O projeto está passando de uma maneira muito rápida pelas comissões. Eu tenho o maior respeito por todos os colegas, mas ele passou como se fosse um vendaval nas comissões. Não é um projeto para ser discutido e trazido ao plenário na semana que vem. Um projeto dessa magnitude não pode ser discutido da forma como querem fazer. Nós estamos falando da vida das pessoas, estamos falando da população do Distrito Federal, não estamos falando só do fortalecimento do SUS. Por que ele não copia as coisas positivas que São Paulo está fazendo, em vez de querer terceirizar o serviço fim? Façam uma parceria com os hospitais para colocar os exames em dia, como estão fazendo em São Paulo, mas não se pode sucatear a saúde pública para terceirizar. É isto que estamos vivendo: o sucateamento da saúde pública para terceirizar. Será uma irresponsabilidade votarmos esse projeto no calor das emoções como o governo quer, sem discussão.

Eu fiquei sabendo hoje que houve uma grande confusão no Hospital de Base. O governo causa instabilidade até no maior centro de atendimento de saúde pública do Distrito Federal. De forma açodada, o governo mandou o projeto para a Câmara e ele já passou por três comissões sem ter sido feita uma audiência pública, Sr. Presidente. É um tema relevante.

Graças a Deus, Sr. Presidente, quando tive a oportunidade de ser Presidente desta Casa, em todos os temas que eram relevantes, chamamos audiência pública, discutimos, podemos até ter agradado ou desagradado alguém, mas discutimos os projetos, fazíamos as comissões conjuntas, as audiências públicas conjuntas das comissões para prestigiar os Presidentes das comissões.

Então, eu quero deixar o meu registro, mas eu vou mais além, Deputado, vou entrar com um mandado de segurança parlamentar para parar a tramitação do projeto. Por que, Sr. Presidente? Porque a nossa Lei Orgânica é clara: não podemos terceirizar atividade fim. E ele chega do jeito que chegou, não se consegue nem parar para discutir. Será uma forma de pararmos o processo para discutirmos o projeto, para discutirmos com profundidade. Vamos ouvir o servidor público que está lá trabalhando sem equipamento. Perguntem a esse servidor que está sentado se ele tem carro novo para andar, se ele tem telefone para usar. Está tudo sucateado, Sr. Presidente. Então, como é que faz?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Coletes à prova de bala todos vencidos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Coletes todos vencidos. Como podem cobrar do servidor um atendimento se o Estado não dá as mínimas condições para o atendimento? São testemunhos tão malucos de médicas que falam para nós o seguinte: "Olha, eu estou com a cirurgia marcada, estou com o paciente, mas estou sem a linha de sutura", correndo o risco. Eu vi o Dr. Demétrio falar isto: ele manda comprar, ele tira do bolso, e inclusive o ameaçaram, porque ele não pode comprar, não pode tirar do bolso. Ele disse que vai comprar e tirar do bolso, se tiver que tirar, para não deixar paciente morrer lá no Hospital de Ceilândia. E vai responder, se tiver que responder por isso. É esse cenário que nós estamos vivendo.

Então, quero deixar o meu registro sobre a forma açodada como esse projeto tem sido discutido aqui, e quero pedir a V.Exa., como Vice-Presidente desta Casa, como Presidente da CPI. Parece-me que o Deputado Bispo Renato Andrade marcou uma audiência pública sobre isso. Deputado Bispo Renato Andrade, é amanhã, às 10h, aqui na Casa? Eu faço questão de vir prestigiar V.Exa., que tomou a decisão correta, porque não dá para votar esse projeto sem se discutir.

Eu acho, Deputado Bispo Renato Andrade, que V.Exa., no comando dos trabalhos, tem que fazer questão que os 24 Deputados estejam aqui, porque nós estamos votando o futuro da saúde de Brasília. Se V.Exa. está comandando essa comissão, eu faço questão de vir prestigiar V.Exa. e discutir isso com profundidade,

discutir realmente, entender qual é o objetivo. Se não tem dinheiro nem para pagar hora extra, como vai ter dinheiro para pagar OS, Deputado Bispo Renato Andrade? Isso, para mim, na minha suspeita, cheira a dívidas de campanha que não foram pagas, e cheira muito mal, Deputado Wellington Luiz.

Nós sabemos que a CPI tem investigado sobre isso. Se o cara foi preso fazendo confusão em Manaus, dava dinheiro para campanha, mas em troca ele pegava contratos nos estados, ele também deu dinheiro para o Rollemberg. Será que é esse o trato? Será que é isso que está por trás da terceirização do Hospital de Base de Brasília? Então, acho que temos que discutir.

Era essa a minha fala, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada.

Deputada, V.Exa. chamou a atenção de algo que realmente nos preocupa. Eu realmente fiquei impressionado com a reação hoje não só dos servidores do Hospital de Base, mas com a dos usuários também. Deputado Prof. Reginaldo Veras, de fato a gente respeita o andamento desta Casa, até porque se cobra muito a celeridade, mas há necessidade mesmo de uma audiência pública, até porque não é um projeto qualquer. Eu costumo dizer que, na minha opinião, a criação desse instituto nada é mais que uma OS travestida. Eles não conseguiram, porque esta Casa não deixou as OS serem implantadas. Agora criaram outro nome, e esta Casa eu acho que tem, sim, a obrigação de discutir. Mas aprovar antes da discussão, eu acho temerário.

A reação, Deputado Chico Vigilante, que eu vi hoje no Hospital de Base – amanhã eles estarão aqui –, com certeza absoluta vai nos levar a uma reflexão. Acho que temos que ter muito cuidado com o que vamos aprovar, principalmente nessa pressa toda. Pode ser aprovado? Esta é uma casa plural, todos têm as suas convicções, os seus entendimentos, as individualidades precisam ser respeitadas. Acho que essa velocidade, sem discutir amplamente, é o que causa realmente uma preocupação muito grande, principalmente aos servidores e aos usuários, sem saber o que há por trás disso.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes eu quero agradecer a atenção de V.Exa. e dos colegas. Eu venho a esta tribuna porque hoje, dia 22 de março, é o Dia Mundial da Água. Exatamente neste dia, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós vivemos a maior crise hídrica da nossa história. Crise vem do grego. É ver claro. É também a oportunidade de refletirmos sobre alguns problemas e procurarmos alternativas. Talvez a crise tenha acendido em todos nós a ideia de que a água é um recurso natural finito. Portanto, ao contrário do que antes se acreditava, não é algo que se possa esbanjar. Nós precisamos cuidar para ter sempre. E urgentemente formarmos,

Sr. Presidente, um pacto pela água entre órgãos do governo responsáveis pela gestão hídrica, entre esses e a sociedade, a população.

Eu fiz anotações de algumas causas ao longo desse tempo. Ouvi há alguns anos alguém dizer que, com Corumbá, nós teríamos água por cem anos. Nós estamos vendo a situação em que nos encontramos. Eu me lembro bem, ao longo desses quatorze anos, Sr. Presidente, da priorização equivocada de sistemas de captação de água cada vez mais distantes – que é essa, especificamente –, da insuficiência de manutenção da infraestrutura instalada, e perdas de água no sistema. A Caesb precisa acordar para o investimento e para a atenção à tecnologia.

O pouco investimento em conscientização e racionalização do uso da água e a insuficiente fiscalização e controle no combate a uma das causas a que nós devemos dedicar a atenção, que é a ocupação irregular do solo, a grilagem de terras, reduziu a nossa produção de água. A Casa Legislativa entrou nesse debate. Eu tive a oportunidade, escolhido pelos colegas, de coordenar a Frente Ambientalista. Nessa frente, junto com a Mesa Diretora que V.Exa. representa aqui, nós construímos um grupo de trabalho para, estudando os problemas, buscar alternativas à crise e propor ao governo, aos órgãos gestores.

Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que esse pode ser um momento que exija reflexão, mas é um momento em que nós podemos dar boas notícias. Nós temos conseguido vencer alguns desafios, e quero elencá-las aqui a V.Exa. e aos colegas.

Nós conseguimos a total transparência dos órgãos de gestão dos recursos hídricos. Todos fomos pegos de surpresa, embora se comentasse há vinte ou trinta anos, mas agora já temos a transparência. Estamos alcançando. Nós também conquistamos melhorias no sistema de fornecimento, visando à redução de perdas da água. A Caesb está bastante atenta para isso. Hoje é cobrada por todos e mobilizada, com os seus servidores, para essa tarefa, para esse desafio.

Maior efetividade e eficiência na fiscalização e controle de ocupações irregulares e degradação ambiental; políticas de ordenamento territorial, uso e ocupação do solo. Nós temos visto o governo bastante preocupado, debatendo com a cidade sobre a ocupação irregular.

Quanto à descentralização da gestão dos recursos hídricos, o Conselho de Recursos Hídricos pode ser realmente um órgão com representatividade e legitimidade consultiva e deliberativa sobre esse tema. Vejo representantes de produtores rurais participarem, representantes das bacias, e a população empenhada. Inclusive, recebemos a notícia da Caesb de que houve economia, consumo consciente e racional por parte da população nesses últimos meses. Essa é uma estatística que nos deixa bastante esperançosos.

Sobre a política de educação ambiental, todos temos tratado disso. Já vi a Deputada Luzia de Paula tratar disso aqui neste plenário, assim como o Deputado

Cláudio Abrantes e o Deputado Joe Valle. O reuso e tratamento de águas e aprovação de legislação, como a Lei Nacional, que protege o cerrado e a caatinga, que tramita no Congresso Nacional, até hoje não temos uma lei especifica para nós, para o cerrado. Pois bem, temos trabalhado sobre alguns projetos de lei, como é o caso do reuso, acompanhado por alguns colegas, como é o caso da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Cláudio Abrantes, do Deputado Wasny de Roure e do Deputado Joe Valle. O País tem muita legislação. Legislação não nos falta. Nós precisamos combater essa crise com uma nova cultura, uma cultura de consumo racional, de exigência de empenho dos órgãos e de fiscalização do cumprimento das responsabilidades. Tenho certeza de que, se todos nós cumprirmos o nosso papel, vamos comemorar o ano que vem com uma celebração de esperança.

Quero agradecer a todos os colegas e às nossas bancadas o empenho e o apoio que têm me dado. Quero agradecer aos órgãos gestores. Quero agradecer, muito especialmente, aos servidores, alguns aqui presentes, que têm realizado um empenho pessoal para que nós alcancemos nossos objetivos. Eu posso me comprometer com trabalho.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Leite. Parabéns pela manifestação!

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu volto a esta tribuna para tratar de um assunto que eu tenho trazido aqui sempre: a questão da licitação de trabalhadores terceirizados no Distrito Federal.

Nós temos a situação dos vigilantes. É um contrato gigantesco, que envolve cerca de 7 mil e 500 pessoas, que está parado no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Nós sabemos que, se a licitação acontecer, nós teremos redução de custos, além de se parar com o sacrifício que existe hoje dos trabalhadores de, todo mês, terem que fazer greve para receberem seus salários. Então, essa licitação é fundamental.

O Tribunal de Contas simplesmente para a licitação, senta-se em cima e não a deixa acontecer. As coisas dentro do Tribunal de Contas vão se acavalando, vão se acumulando.

Nós temos uma situação de uma empresa chamada Planalto, que prestava serviço de merenda escolar, que contratava as merendeiras para as escolas públicas. Essa empresa não estava cumprindo nada da lei. Aí, ela resolveu dar o calote nos trabalhadores e abriu mão do contrato com o GDF. O GDF teve que correr à Secretaria de Educação para fazer um contrato emergencial para contratação desses trabalhadores. São 462 merendeiras. A maioria são mães solteiras, com três, quatro

filhos para sustentarem. Aí veio o desespero com a questão da contratação. O Secretário de Educação do Distrito Federal, numa reunião no auditório da Câmara, assumiu o compromisso das contratações. Entretanto há uma empresa, a Confere, que não cumpriu o acordado, e cerca de cem merendeiras ficaram fora da contratação.

A expectativa, a esperança que tínhamos é que a licitação acontecesse logo, para que devolvêssemos o trabalho e a dignidade a essas trabalhadoras, porque a única maneira de você viver com dignidade é com salário e, para você ter salário, você tem que ter emprego.

O que fez hoje o Tribunal de Contas, Deputada Luzia de Paula, mais uma vez? Estava com o Conselheiro Inácio, que levou ao Pleno do Tribunal, e o Conselheiro Michel pediu vistas.

Eu, que conheço o Dr. Michel, queria fazer um apelo a ele aqui da tribuna e aos outros seis conselheiros – Paulo Tadeu, Renato Rainha, Anilcéia, Paiva Martins, Inácio –: vão às escolas ver como vivem essas trabalhadoras; vão ver o desespero que elas estão vivendo; chamem essas cem que estão desempregadas para conversarem com vocês. Já tem gente, Deputada Luzia de Paula, que sofreu infarto. Tem uma com um drama da vida real: a irmã dela se suicidou; e ela, que já tinha quatro filhos, assumiu mais três e está com sete filhos agora para sustentar.

Portanto, precisamos que o Tribunal de Contas do Distrito Federal solte essa licitação dos vigilantes e das merendeiras, para que ela aconteça e os trabalhadores voltem à tranquilidade.

Nessa, eu estou com a Secretaria de Educação do Distrito Federal: a licitação tem que acontecer. Se há algum erro, que se conserte, e já foi consertado. Mas o Tribunal de Contas não pode ficar assim em cada reunião plenária: levanta um, corrige; levantam outros... Na verdade, é um jogo para que não aconteça nunca a licitação. Isso é inaceitável.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero fazer uma convocação: teremos uma audiência pública em comemoração ao Dia Internacional da Água na sexta-feira, às 9h, no plenário desta Casa, para debater e apresentar ações para o enfrentamento da crise hídrica do Distrito Federal.

Hoje é o dia em que se comemora o Dia Internacional da Água. Nós precisamos buscar um aprofundamento, e nada melhor para isso do que o debate, as discussões nesta Casa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Solicito a Deputada Luzia de Paula para secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência informa que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.431, de 2017, de autoria do Deputado Chico Leite, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 23 de março de 2017, será transformada em comissão geral para debater a relação entre planejamento territorial e mobilidade urbana.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não há *quorum* para deliberação.

Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h19min.)